





## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifícil\\_jogofácil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2509116702M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
TJ PE

**CARGO:**

Analista Judiciário - Área Judiciária

**MODELO/BANCA:**

IBFC

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

9/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

9/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**TJ PE – 2º Simulado – Analista Judiciário – Área  
Judiciária (Pós-Edital)**

**LÍNGUA PORTUGUESA**  
**Fidelis Almeida**

Leia atentamente o texto para responder às questões de 1 a 9.

- 1 A obrigação de escolher imposta pela liberdade, a responsabilidade que uma sociedade livre atribui ao indivíduo pelo seu próprio destino, tornou-se, nas condições do mundo moderno, uma das grandes fontes de insatisfação. Em grau muito maior do que jamais ocorreu no passado, o sucesso de um indivíduo não dependerá das habilidades especiais que ele tiver em abstrato, mas da utilização adequada destas habilidades. Em época de menor especialização e de organização menos complexa, quando quase todos tinham conhecimento da maioria das oportunidades existentes, era menos difícil para o indivíduo encontrar uma oportunidade de aplicar, de maneira adequada, habilidades e talentos pessoais. Com a evolução da sociedade e com o aumento de sua complexidade, as recompensas que um indivíduo espera receber passam a depender, cada vez mais, não da habilidade e da capacidade que tiver, mas da utilização adequada destas, e tanto a dificuldade de descobrir a melhor utilização das capacidades individuais quanto a discrepância entre as recompensas de indivíduos dotados da mesma habilidade técnica ou talento especial aumentarão.
- 2 Talvez não exista sensação mais dolorosa do que a suscitada pelo reconhecimento de como poderíamos ter sido úteis para o próximo e de que o talento pessoal foi desperdiçado. A acusação mais grave que se pode lançar contra um sistema livre, e a causa dos ressentimentos mais amargos, talvez seja a de que numa sociedade livre ninguém tem a obrigação de cuidar para que o próximo utilize adequadamente suas habilidades e talentos, de que ninguém tem o direito de exigir que alguém lhe ofereça uma oportunidade para utilizar seus dons especiais e de que, se o indivíduo não descobrir por si esta oportunidade, seus dons provavelmente serão desperdiçados. A consciência de dispormos de certas potencialidades nos faz naturalmente afirmar que é obrigação de outrem utilizá-las.

- 3 A necessidade de descobrir, por nós mesmos, um campo em que poderemos utilizar adequadamente nossos talentos, um emprego apropriado, é a disciplina mais dura que uma sociedade livre nos impõe. Esta necessidade é, contudo, inseparável da liberdade, uma vez que ninguém pode garantir ao próximo que seus dons serão bem utilizados, a não ser que tenha o poder de coagir outros a utilizá-los. Somente privando outrem da possibilidade de escolher quem deverá servi-lo, as pessoas cujas capacidades usará ou os produtos que utilizará, poderíamos garantir a um indivíduo que seus dons serão usados como ele julga merecer. A característica essencial de uma sociedade livre é que o valor e a remuneração de um indivíduo dependem não da capacidade abstrata, mas do êxito em transformar tal capacidade em serviço concreto que seja útil a outros em condições de retribuir. E o principal objetivo da liberdade é oferecer ao mesmo tempo a oportunidade e o incentivo para assegurar a utilização máxima do conhecimento que um indivíduo possa adquirir. O que torna um indivíduo um ser único nesse sentido não é seu conhecimento geral, mas seu conhecimento concreto, seu conhecimento de circunstâncias e condições específicas.

*HAYEK, Friedrich A. Os fundamentos da liberdade. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (Com adaptações)*

- 1) **De acordo com o texto, em uma sociedade livre, a utilização das capacidades individuais implica reconhecer que**
- a) a efetiva recompensa decorre do uso adequado das habilidades.
  - b) a liberdade assegura a todos a realização plena de suas potencialidades.
  - c) cabe à sociedade garantir meios de aproveitamento dos dons individuais.
  - d) a frustração do desperdício de talentos elimina o sentido da liberdade.

- 2) “Esta necessidade é, contudo, inseparável da liberdade, uma vez que ninguém pode garantir ao próximo que seus dons serão bem utilizados, a não ser que tenha o poder de coagir outros a utilizá-los.” (3º parágrafo)  
No período, o trecho destacado expressa relação de
- causa.
  - tempo.
  - concessão.
  - condição.
- 3) “A acusação mais grave que se pode lançar contra um sistema livre [...]” (2º parágrafo)  
No trecho destacado, tem-se a formação da voz passiva sintética. Nesse caso, a correspondente voz passiva analítica é
- pôde ser lançada.
  - é lançada.
  - pode ser lançada.
  - foi lançada.
- 4) No texto, predomina a função \_\_\_\_\_ da linguagem.  
Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna acima.
- fática
  - metalinguística
  - emotiva
  - referencial
- 5) “[...] era menos difícil para o indivíduo encontrar uma oportunidade de aplicar, de maneira adequada, habilidades e talentos pessoais [...]” (1º parágrafo)  
No trecho, as vírgulas cumprem a mesma função que apresentam neste excerto:
- [...] tornou-se, nas condições do mundo moderno, uma das grandes fontes de insatisfação.” (1º parágrafo)
  - “A acusação mais grave que se pode lançar contra um sistema livre, e a causa dos ressentimentos mais amargos, talvez seja a de que numa sociedade livre [...]” (2º parágrafo)
  - [...] utilizar seus dons especiais e de que, se o indivíduo não descobrir por si esta oportunidade, seus dons provavelmente serão desperdiçados.” (2º parágrafo)
  - “Esta necessidade é, contudo, inseparável da liberdade [...]” (3º parágrafo)
- 6) Assinale o trecho em que autor emprega o recurso linguístico da metáfora.
- [...] o sucesso de um indivíduo não dependerá das habilidades especiais que tiver em abstrato [...]” (1º parágrafo)
  - [...] as recompensas que um indivíduo espera receber passam a depender, cada vez mais, não da habilidade e da capacidade que tiver [...]” (1º parágrafo)
  - “A acusação mais grave que se pode lançar contra um sistema livre, e a causa dos ressentimentos mais amargos [...]” (2º parágrafo)
  - “A consciência de dispormos de certas potencialidades nos faz naturalmente afirmar que é obrigação de outrem utilizá-las.” (2º parágrafo)
- 7) Assinale o trecho em que a preposição destacada não é empregada em razão da regência de um termo anterior.
- [...] quando quase todos tinham conhecimento da maioria das oportunidades existentes [...]” (1º parágrafo)
  - “A acusação mais grave que se pode lançar contra um sistema livre, e a causa dos ressentimentos mais amargos [...]” (2º parágrafo)
  - “A consciência de dispormos de certas potencialidades nos faz naturalmente afirmar [...]” (2º parágrafo)
  - [...] um campo em que poderemos utilizar adequadamente nossos talentos [...]” (3º parágrafo)
- 8) “Com a evolução da sociedade e com o aumento de sua complexidade, as recompensas que um indivíduo espera receber passam a depender, cada vez mais, não da habilidade e da capacidade que tiver [...]” (1º parágrafo)  
No trecho, o vocábulo destacado é formado pelo processo de
- derivação prefixal.
  - justaposição.
  - derivação regressiva.
  - derivação sufixal.
- 9) No texto, seguem a mesma regra de acentuação gráfica os vocábulos
- “indivíduo”, “discrepância” e “úteis”.
  - “dependerá”, “técnica” e “característica”.
  - “poderíamos”, “êxito” e “nós”.
  - “ninguém”, “único” e “consciência”.

**10) Com base nos princípios que regem a redação oficial, assinale a alternativa correta quanto à aplicação adequada de seus atributos.**

- A precisão na redação oficial é desejável, mas pode ser flexibilizada quando a linguagem metafórica contribuir para tornar o texto mais elegante.
- Apesar de a impessoalidade ser aspecto fundamental da redação oficial, o redator pode expor sua opinião de maneira indireta.
- A concisão transmite o máximo de informações com o mínimo de palavras, eliminando trechos desnecessários, sem prejuízo do conteúdo.
- A coesão pode ser flexibilizada em textos técnicos, desde que a compreensão geral seja preservada.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

Carla Lima

**11) Em um hospital, considere as afirmações abaixo referentes ao funcionamento da unidade de emergência:**

- p: “O médico plantonista está presente.”
- q: “Todos os pacientes em estado crítico recebem atendimento imediato.”
- r: “Há sobrecarga no sistema de triagem.”

**Sabendo que:**

- Quando o médico plantonista está presente, todos os pacientes em estado crítico recebem atendimento imediato.
- Se há sobrecarga no sistema de triagem, então o médico plantonista não está presente.

**Com base nessas informações, analise as afirmativas e marque a alternativa correta.**

- As proposições admitem representação condicional, sendo “ $p \rightarrow q$ ” e “ $r \rightarrow \neg p$ ”.
- As proposições admitem representação condicional, sendo “ $q \rightarrow p$ ” e “ $\neg r \rightarrow p$ ”.
- As proposições admitem representação bicondicional, sendo “ $p \leftrightarrow q$ ” e “ $r \leftrightarrow p$ ”.
- As proposições admitem representação disjuntiva, sendo “ $p \vee q$ ” e “ $r \vee \neg p$ ”.

**12) Uma biblioteca digital organiza seus arquivos seguindo um sistema de códigos específico. Observe a sequência de códigos abaixo:**

**M1N4, P2Q8, R3S12, T4U16, ...**

**Considerando que essa sequência segue um padrão lógico consistente, o próximo termo da sequência será:**

- V5W20
- U5V20
- W5X20
- V6X24

**13) Uma universidade avaliou as competências de seus professores em três áreas: Pesquisa Científica (P), Ensino Didático (E) e Extensão Universitária (X). Com base no estudo, foram estabelecidas as seguintes informações:**

- Todo professor que atua em Pesquisa Científica também atua em Ensino Didático.
- Alguns professores que atuam em Ensino Didático também atuam em Extensão Universitária.
- Existem professores que atuam apenas em Extensão Universitária.
- Nenhum professor atua nas três áreas simultaneamente.
- Existem professores que atuam em Pesquisa Científica e Ensino Didático, mas não em Extensão Universitária.

**Com base nessas informações e utilizando diagramas lógicos, analise as afirmativas:**

- É possível que existam professores que atuem apenas em Ensino Didático.
- Necessariamente existem professores que atuam apenas em Pesquisa Científica.
- É impossível que existam professores que atuem em Pesquisa Científica e Extensão Universitária simultaneamente.

**Está(ão) correta(s):**

- apenas I e II.
- apenas I e III.
- apenas II e III.
- apenas III.

14) Uma empresa de software precisa criar códigos de acesso utilizando rearranjos das letras da palavra ALGORITMO. Os códigos devem atender às seguintes condições:

- As duas letras “O” devem aparecer sempre juntas (uma ao lado da outra).
- A letra “A” não pode ocupar a primeira posição.

Indique a quantidade de códigos diferentes que podem ser formados respeitando essas duas condições simultâneas.

- a) 20.160
- b) 25.200
- c) 30.240
- d) 35.280

15) Em uma repartição pública, três servidores (Daniel, Elena e Fernando) são responsáveis por processos administrativos seguindo as seguintes regras:

- Regra 1: Se Daniel processa um documento, então Elena também processa um documento.
- Regra 2: Se Fernando não processa documento, então Daniel processa documento.
- Regra 3: Elena e Fernando não processam documentos ao mesmo tempo.

Sabendo que essas três regras são sempre respeitadas, analise as afirmativas:

- I – É possível que apenas Fernando processe documento.
- II – Se Elena processa documento, então Daniel também processa documento.
- III – É impossível que Daniel e Fernando processem documentos simultaneamente.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas III.
- c) apenas I e III.
- d) I, II e III.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Gustavo Scatolino

16) A Lei n. 8.429/1992, em sua redação atual, disciplina as sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, estabelecendo requisitos para a sua configuração. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade culposa de ato de improbidade é admitida pela lei, desde que caracterizada a negligência do agente em prejuízo ao erário.
- b) A perda da função pública como sanção aplica-se apenas quando o agente não for ocupante de cargo efetivo, restringindo-se a cargos comissionados.
- c) A indisponibilidade de bens prevista na lei é medida judicial possível, destinada a assegurar o ressarcimento integral do dano ou o enriquecimento ilícito.
- d) A suspensão dos direitos políticos somente pode ser aplicada após o trânsito em julgado da ação penal correspondente ao ato de improbidade.

17) A Lei n. 14.133/2021 define conceitos e modalidades que orientam o regime licitatório brasileiro. Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) O pregão é modalidade de licitação destinada exclusivamente à contratação de obras e serviços de engenharia, cujo critério de julgamento é sempre o menor preço.
- b) O diálogo competitivo é modalidade de licitação em que a Administração realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, para desenvolver alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo estes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- c) O leilão é modalidade de licitação destinada à aquisição de bens móveis e serviços comuns.
- d) O concurso é modalidade destinada à escolha de bens e serviços comuns, com julgamento necessariamente pelo critério de maior desconto.

**18) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem papel central na delimitação do regime jurídico das entidades da Administração Indireta. Considerando essa orientação, assinale a alternativa correta.**

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos gozam de imunidade tributária restrita apenas às atividades diretamente vinculadas ao serviço público, não abrangendo as atividades econômicas.
- b) As sociedades de economia mista que desempenham serviço público essencial em regime de monopólio natural, sem finalidade lucrativa, não se submetem ao regime de precatórios para pagamento de seus débitos.
- c) Os Correios (ECT), enquanto empresa pública prestadora de serviço público, beneficiam-se de imunidade tributária ampla, alcançando tanto a atividade postal exclusiva quanto atividades econômicas desempenhadas em caráter concorrencial.
- d) A imunidade tributária da ECT foi afastada pelo STF, que a reconheceu apenas em relação às receitas obtidas com atividades comerciais, mantendo a incidência de tributos sobre a prestação de serviço postal.

**19) Os poderes administrativos permitem que a Administração alcance o interesse público, devendo ser exercidos dentro de seus limites legais. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.**

- a) O poder disciplinar alcança tanto os servidores públicos quanto os particulares que possuam vínculo jurídico específico com a Administração, como permissionários ou concessionários.
- b) O poder regulamentar autoriza a Administração a criar normas gerais e abstratas que podem inovar no ordenamento jurídico.
- c) A avocação é admitida em qualquer situação, permitindo ao superior retirar de forma definitiva a competência de seu subordinado.
- d) O recurso hierárquico impróprio independe de previsão legal, bastando a existência de vinculação entre Administração direta e indireta para que seja cabível.

**20) O regime jurídico dos bens públicos apresenta características próprias que os diferenciam dos bens privados, vinculando-se ao interesse público e à proteção do patrimônio estatal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.**

- a) Os bens públicos podem ser usucapidos por particulares, desde que a posse seja contínua e ininterrupta por mais de 20 anos.
- b) Os bens das autarquias são considerados bens privados, razão pela qual podem ser penhorados para satisfação de dívidas.
- c) A alienação de bens públicos exige, em regra, autorização legislativa e licitação, salvo nas hipóteses de dispensa previstas em lei.
- d) A imunidade tributária prevista na Constituição não se aplica aos bens das fundações públicas, apenas às autarquias.

21) **A Constituição Federal de 1988 disciplina os princípios e regras fundamentais da Administração Pública. Considerando a Carta Magna do Brasil, assinale a alternativa correta.**

- a) A publicidade é elemento formativo do ato administrativo, de modo que, sem publicação, o ato não existe no mundo jurídico.
- b) O acesso a cargos, empregos e funções públicas impescinde de concurso público, desde que sejam para funções jurídicas.
- c) As funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa indicada pela autoridade competente, ainda que não ocupe cargo efetivo.
- d) Os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, devendo ter um preenchimento mínimo por servidores de carreira nos percentuais mínimos definidos em lei.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Maria Julia

22) **João foi preso em razão do inadimplemento de pensão alimentícia. Inconformado, impetrou *habeas corpus* alegando que “a Constituição veda qualquer prisão por dívida”. Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.**

- a) O *habeas corpus* será indeferido, pois a CF/1988 admite a prisão civil do devedor de alimentos, mas também a do depositário infiel, conforme previsão expressa do texto constitucional.
- b) O *habeas corpus* será deferido, pois nenhuma modalidade de prisão por dívida é aceita no Brasil, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- c) O *habeas corpus* será indeferido, pois a Constituição admite a prisão civil por alimentos, sendo inaplicável a previsão de prisão do depositário infiel em virtude da Súmula Vinculante 25 do STF.
- d) O *habeas corpus* será deferido, pois, embora a Constituição preveja a prisão civil por alimentos, o *habeas corpus* não é cabível contra prisão civil, apenas penal.

23) **O estado de Goiás editou lei proibindo que óticas realizassem exames optométricos e vendessem óculos sem prescrição médica. Pedro, optometrista com formação superior, ajuizou ação alegando que a lei violaria sua liberdade profissional. O STF decidiu que:**

- a) a lei é inconstitucional, pois somente a União pode legislar sobre saúde.
- b) a lei é constitucional, mas não pode impedir que optometristas com formação superior atuem.
- c) a lei é inconstitucional, pois a liberdade de iniciativa autoriza qualquer estabelecimento a realizar exames optométricos.
- d) a lei é constitucional em todos os seus aspectos, inclusive para impedir optometristas com formação superior de atuar.

24) **A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou lei estadual alterando os limites territoriais de dois municípios, sem a realização de consulta popular. Os Municípios afetados ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência da Corte, é correto afirmar que:**

- a) a lei é constitucional, pois a criação, fusão e desmembramento de municípios inserem-se na competência legislativa estadual, prescindindo de manifestação popular.
- b) a lei é inconstitucional, pois a alteração de limites territoriais municipais exige consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, nos termos do art. 18, § 4º, CF/1988.
- c) a lei é constitucional, desde que haja posterior homologação pelo Congresso Nacional, a quem cabe dar eficácia nacional à norma estadual.
- d) a lei é inconstitucional apenas se resultar em desequilíbrio financeiro comprovado entre os municípios afetados, em respeito ao princípio federativo.

**25) Durante CPI no Senado, a Mesa da Casa pratica ato que impede o acesso de partido político a documentos sigilosos da investigação. O partido impetra mandado de segurança diretamente no Supremo. À luz da CF/1988, o STF é competente para:**

- a) julgar, porque MS contra ato da Mesa do Senado se enquadra na competência originária do STF.
- b) não julgar, pois MS contra ato de órgão do Legislativo federal é do STJ.
- c) não julgar, pois MS contra ato da Mesa do Senado deve iniciar no TRF da 1ª Região.
- d) julgar apenas em grau recursal, se o STJ negar a segurança.

**26) Helena, 4 anos, não conseguiu vaga em pré-escola municipal. A Prefeitura alegou “limitação orçamentária” e lista de espera. A família impetrou mandado de segurança. À luz da CF/1988, é correto afirmar que:**

- a) o acesso à pré-escola depende de disponibilidade financeira; não é direito subjetivo.
- b) o acesso é direito público subjetivo, e o não oferecimento importa responsabilidade da autoridade competente.
- c) há direito subjetivo apenas dos 6 aos 14 anos; educação infantil não está abrangida.
- d) o Judiciário não pode determinar a criação de vaga, por se tratar de política pública discricionária.

**27) Um Promotor foi punido por seu MP estadual em PAD concluído há 10 meses. A defesa sustenta que somente o Tribunal de Justiça pode rever o ato. Considerando a CF/1988, assinale a correta.**

- a) O CNMP não tem poder de rever PADs; sua atuação limita-se a relatórios estatísticos.
- b) O CNMP pode rever, de ofício ou por provocação, processos disciplinares julgados há menos de 1 ano, podendo avocar processos e aplicar sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- c) O CNMP preside o Ministério Público nacional e substitui o PGR nas funções processuais.
- d) O CNMP é composto por 15 membros e sempre presidido por ministro do STF.

## DIREITO CIVIL

Cristiny Rocha

**28) Sobre os requisitos de validade e forma dos negócios jurídicos, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.**

- a) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, desde que o objeto do negócio seja divisível.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida sempre o negócio jurídico, ainda que relativa ou superada antes do implemento da condição.
- c) O silêncio, ainda que não autorizado pelas circunstâncias ou pelos usos, sempre importa anuência do destinatário.
- d) A validade do negócio jurídico exige agente capaz, objeto lícito, possível e determinado ou determinável, bem como forma prescrita ou não defesa em lei, sendo a forma especial obrigatória apenas quando a própria lei a exigir.

**29) Nos termos do art. 113 do Código Civil, acerca da interpretação dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.**

- a) A interpretação do negócio jurídico deve atribuir o sentido mais benéfico sempre à parte economicamente mais fraca, independentemente de ter redigido ou não o dispositivo contratual.
- b) A interpretação deve levar em conta apenas a literalidade das cláusulas contratuais, sendo vedada a análise do comportamento das partes posterior à celebração do negócio.
- c) As regras de interpretação e integração dos negócios jurídicos são de ordem pública, não podendo ser afastadas ou modificadas pela vontade das partes.
- d) A boa-fé, os usos do lugar da celebração, o comportamento posterior das partes e as práticas do mercado são critérios a serem observados na interpretação, sendo ainda possível às partes pactuarem livremente regras próprias de interpretação.

**30) De acordo com o Código Civil, a prescrição não corre em determinadas hipóteses. Assinale a alternativa correta.**

- a) A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, os ausentes do país em serviço público e contra os que se encontram servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra.
- b) A prescrição não corre contra os relativamente incapazes e durante o tempo em que houver litispendência em processo judicial.
- c) A prescrição não corre enquanto não vencido o prazo, pendendo condição resolutiva ou havendo ação rescisória em trâmite.
- d) A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, mas corre contra os relativamente incapazes, mesmo quando pendente condição suspensiva.

**31) Acerca das regras do Código Civil relativas à tradição, perda, deterioração e melhoramentos da coisa devida, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Antes da tradição, a coisa ainda pertence ao devedor, que pode exigir aumento do preço em razão dos melhoramentos e acréscimos ocorridos, sob pena de resolver a obrigação.
- b) Se a coisa se deteriorar sem culpa do devedor, ele é obrigado a indenizar o credor pelo prejuízo.
- c) Se a coisa se perder por culpa do devedor, este deve indenizar o equivalente ao valor da coisa, acrescido de perdas e danos.
- d) Frutos percebidos pelo devedor antes da tradição pertencem a ele, enquanto os frutos pendentes pertencem ao credor.

**32) Com relação à transação civil, com base nas disposições do Código Civil, assinale a alternativa incorreta.**

- a) A transação é permitida apenas quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.
- b) A transação pode ser feita livremente sobre qualquer direito, inclusive públicos, sem necessidade de forma específica.
- c) Quando a transação recai sobre direitos contestados em juízo, deve ser feita por escritura pública ou termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz.
- d) A transação produz efeitos apenas em relação às partes que nela intervierem, não alcançando terceiros, ainda que a coisa seja indivisível.

**33) Considerando os dispositivos do Código Civil relativos a ao direito de posse, assinale a alternativa correta.**

- a) O possuidor de boa-fé perde automaticamente todo o direito aos frutos percebidos se cessar sua boa-fé, sem direito a deduzir despesas de produção.
- b) Os frutos civis só são considerados percebidos quando efetivamente recebidos pelo possuidor, enquanto os naturais e industriais se percebem apenas quando consumidos.
- c) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos enquanto durar a boa-fé; os frutos pendentes ao término desta devem ser restituídos, deduzidas as despesas de produção e custeio, inclusive os colhidos antecipadamente.
- d) As servidões não aparentes aplicam-se independentemente da origem do título do possuidor do prédio serviente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Raquel Bueno

**34) Sobre os atos processuais no CPC/2015, assinale a alternativa correta.**

- a) Os atos processuais podem ser realizados em qualquer idioma, desde que compreensível pelas partes.
- b) Os atos processuais serão públicos, salvo quando o interesse social ou a intimidade das partes recomendarem o sigilo.
- c) É vedada a prática de atos processuais em meio eletrônico.
- d) Os prazos processuais serão contados em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário.

**35) Em ação de cobrança, pelo procedimento comum, o juiz, após a petição inicial e contestação, reconheceu a ausência de necessidade de produção de outras provas além das documentais, e declarou encerrada a fase de instrução, com dispensa da audiência de instrução e julgamento. Por conseguinte, o juiz proferiu uma decisão de improcedência dos pedidos autorais. Acerca do julgamento realizado pelo magistrado, é possível afirmar que se trata de:**

- a) julgamento liminar de improcedência, por meio de sentença definitiva.
- b) julgamento antecipado parcial do mérito, por meio de decisão interlocutória de mérito.
- c) julgamento antecipado total do mérito, por meio de sentença definitiva.
- d) sentença terminativa.

**36) Quanto aos recursos previstos no CPC/2015, assinale a alternativa correta.**

- a) Os recursos têm, em regra, efeito suspensivo automático.
- b) O agravo de instrumento é cabível contra qualquer decisão interlocutória.
- c) O recurso adesivo segue a forma do recurso principal e será interposto no prazo das contrarrazões de apelação, recurso extraordinário ou recurso especial, quando houver sucumbência recíproca.
- d) O prazo para interposição de apelação é de 10 dias.

**37) Em relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta.**

- a) O Ministério Público pode atuar como parte ou fiscal da ordem jurídica. Neste último caso, poderá produzir provas e recorrer, tendo vista dos autos antes das partes.
- b) A parte que for advogada pode atuar em causa própria, mas não terá direito a honorários advocatícios de sucumbência.
- c) O juiz é considerado impedido se for primo de uma das partes.
- d) Os auxiliares da justiça também precisam atuar com imparcialidade.

**38) Em ação de indenização por danos materiais, foi proferida sentença condenando o réu ao pagamento de R\$ 80.000,00. Após o trânsito em julgado, o autor requereu o cumprimento de sentença. De acordo com o CPC, nesse caso:**

- a) o cumprimento de sentença poderia ter sido iniciado por requerimento do devedor.
- b) o cumprimento de sentença inicia-se de ofício pelo juiz, dispensando provocação da parte vencedora.
- c) o réu será citado para pagar no prazo de 15 dias úteis, sob pena de penhora e expropriação de bens.
- d) o executado pode apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, dotada de efeito suspensivo automático.

**39) Carlos ajuizou ação de cobrança contra a empresa Alfa Ltda., com sede em Curitiba/PR, sendo o contrato firmado entre as partes em Belo Horizonte/MG, domicílio de Carlos e onde deveria ser cumprida a obrigação. No referido contrato, havia cláusula de eleição de foro estipulando que eventuais demandas seriam processadas e julgadas no foro de Brasília, onde as custas processuais são mais baratas e os processos tramitam com maior celeridade. Diante disso, assinale a alternativa correta.**

- a) A eventual abusividade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser alegada pelo réu a qualquer tempo.
- b) O foro de eleição permite a alteração da competência em razão da matéria, da pessoa e da função.
- c) A cláusula de eleição de foro é abusiva, diante de seu caráter aleatório.
- d) O foro de eleição não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

**DIREITO PENAL**

Douglas Vargas

- 40) **Se o funcionário público, embora não tendo a posse de determinada quantia em dinheiro, usa de seu cargo público para viabilizar a subtração da quantia, em proveito próprio ou alheio, valendo-se, além de qualquer dúvida razoável, da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário:**
- incorre em hipótese de peculato majorado.
  - incorre em hipótese de peculato qualificado.
  - incorre em hipótese de peculato agravado.
  - incorre em peculato-furto, modalidade de peculato cuja pena é a mesma aplicável no caso do peculato-apropriação.
- 41) **Assinale a alternativa que apresenta crime praticado por funcionário público contra a administração pública que admite a modalidade culposa em sua prática.**
- Prevaricação.
  - Peculato.
  - Concussão.
  - Excesso de exação.
- 42) **No crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, aumenta-se a pena de um terço até a metade se:**
- o funcionário pratica o crime por motivo egoístico.
  - a alteração resulta em dano para a Administração Pública.
  - o funcionário pratica o crime com finalidade de lucro.
  - o crime é praticado em concurso de pessoas.
- 43) **Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado, é crime de**
- denúncia caluniosa.
  - autoacusação falsa.
  - fraude processual.
  - comunicação falta de crime ou de contravenção.

44) **Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão é crime conhecido como:**

- fraude processual.
- favorecimento real.
- favorecimento pessoal.
- exercício arbitrário das próprias razões.

45) **Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:**

- é crime que não admite qualquer modalidade culposa.
- é crime que absorve a pena da violência eventualmente praticada contra a pessoa.
- é crime que possui a pena majorada em caso de prática mediante mão armada.
- é crime cuja conduta é qualificada se praticada mediante arrombamento.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Renato Pulz

46) **Acerca da aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, bem como dos princípios que a regem, assinale a alternativa correta.**

- A lei processual penal tem aplicação imediata, mas não pode atingir atos já praticados sob a vigência da lei anterior, em respeito ao princípio do *tempus regit actum*.
- A lei processual penal retroage sempre que for mais benéfica ao réu, em razão do princípio da retroatividade da *lex mitior*, assim como ocorre no Direito Penal.
- A aplicação da lei processual penal no espaço segue a regra da territorialidade do Código Penal, devendo ser aplicada a lei brasileira a qualquer processo em curso, mesmo quando o crime ocorreu no exterior.
- O juiz pode instaurar de ofício a ação penal pública, desde que existam elementos mínimos de prova, em respeito ao princípio da verdade real.

**47) A ação penal é um direito público subjetivo de pedir ao Estado-juiz a aplicação do direito objetivo a um caso concreto. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.**

- a) A ação penal pública condicionada à representação depende de autorização judicial para ser proposta, pois a representação é apenas elemento de convencimento do juiz.
- b) Na ação penal privada exclusiva, o ofendido ou seu representante legal tem legitimidade para promover a ação, mas o Ministério Público poderá oferecer denúncia substitutiva caso haja inércia do querelante.
- c) Na ação penal pública incondicionada, o Ministério Público é o titular exclusivo, devendo agir conforme o princípio da obrigatoriedade, não podendo desistir da ação penal após proposta.
- d) A representação será retratável a qualquer tempo.

**48) A prisão preventiva, segundo disposições do Código de Processo Penal, poderá ser substituída pela prisão domiciliar. Marque a alternativa que corresponde a uma das hipóteses prevista nessa legislação.**

- a) Preso com 75 anos de idade.
- b) Acometido de doença grave.
- c) Gestante, somente aquela a partir do 7º mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.
- d) Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos de idade ou com deficiência.

**49) A Lei n. 9.099/1995 é um exemplo de justiça consensual, tendo como objetivos a reparação dos danos sofridos pela vítima, que sempre foi esquecida e ignorada no processo penal, além de buscar a aplicação de pena de multa ou de penas restritivas de direito, ou seja, a aplicação de institutos despenalizadores. Sobre o tema, marque a alternativa correta.**

- a) Segundo a referida lei, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando, obrigatoriamente, a conciliação ou a transação.
- b) No juizado especial criminal será dispensável o inquérito policial e prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- c) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos dessa Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, cumulada ou não com multa.
- d) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher aplica-se a Lei n. 9.099/1995, desde que sejam infrações de menor potencial ofensivo, em respeito ao princípio da lesividade.

**50) A respeito de entendimentos de tribunais superiores sobre o processo penal, marque a alternativa incorreta.**

- a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- b) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- c) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- d) É permitida a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Maria Christina

**51) Sobre as normas complementares previstas no direito tributário e a sua produção de efeitos, assinale a opção correta.**

- a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas irão produzir efeito após 30 dias da sua publicação.
- b) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa irão produzir efeitos na data da sua publicação.
- c) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas devem produzir efeitos no momento de sua concretização.
- d) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios irão produzir efeitos na data nele prevista.

**52) Sobre as causas de integração da legislação tributária, assinale a alternativa correta.**

- a) Diante da publicação da lei, a legislação será integrada por meio da analogia, dos princípios gerais de direito tributário, dos princípios gerais de direito público e da equidade.
- b) Diante da ausência da lei, a legislação será integrada por meio da analogia, dos princípios gerais de direito tributário, dos princípios gerais de direito público e da equidade.
- c) Diante da publicação da lei, a legislação será integrada por meio da equidade, dos princípios gerais de direito tributário, dos princípios gerais de direito público e da analogia.
- d) Diante da ausência da lei, a legislação será integrada por meio da equidade, dos princípios gerais de direito tributário, dos princípios gerais de direito público e da analogia.

**53) Sobre as causas de interpretação da legislação tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.**

- a) Interpretam-se de maneira literal as causas de suspensão, exclusão e as obrigações acessórias.
- b) Interpretam-se de maneira literal as causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.
- c) Interpretam-se de maneira literal as obrigações principais e acessórias.
- d) Interpretam-se de maneira literal as causas de suspensão e extinção do crédito.

**54) Sobre o fato gerador e as obrigações acessórias, conforme disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.**

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A obrigação acessória decorre apenas da lei e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- c) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente aos tributos.
- d) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.

**55) Sobre o sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta.**

- a) É vedado aos quatro entes federativos exigir ou aumentar tributo sem lei complementar que o estabeleça.
- b) É vedado aos quatro entes federativos cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- c) É vedado aos quatro entes federativos cobrar tributos após o exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- d) É vedado aos quatro entes federativos utilizar tributos e multas com efeito de confisco.

**LEGISLAÇÃO**

Rafael de Oliveira

**56) De acordo com o art. 3º, que dispõe sobre os princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, assinale a alternativa incorreta.**

- a) A desburocratização e a simplificação da relação entre poder público e sociedade devem ocorrer por meio de serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis.
- b) O acesso às informações e serviços públicos deve ser disponibilizado em plataforma única, respeitando as restrições legais, mas sempre com a exclusão da prestação presencial.
- c) Cidadãos, pessoas jurídicas e outros entes públicos devem ter a possibilidade de acessar e demandar serviços públicos digitalmente, sem necessidade de solicitação presencial.
- d) A transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços são princípios essenciais do Governo Digital.

**57) De acordo com o art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que trata das hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido, assinale a alternativa incorreta.**

- a) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado mediante consentimento explícito do titular dos dados.
- b) A administração pública pode tratar e compartilhar dados pessoais necessários para execução de políticas públicas previstas em lei, mesmo sem o consentimento do titular.
- c) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado para a proteção da vida ou incolumidade física do titular ou de terceiros.
- d) O tratamento de dados pessoais pode ser feito livremente para qualquer estudo ou pesquisa, independentemente de garantir a anonimização dos dados.

**58) Considerando os dispositivos que regem a composição e o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa incorreta.**

- a) O Tribunal de Justiça é constituído por cinquenta e dois desembargadores, e sua composição só pode ser alterada por deliberação de dois terços de seus integrantes.
- b) A composição do Tribunal ocorre mediante acesso dos juízes de direito da última instância, observando-se critérios alternados de antiguidade e merecimento, além da nomeação de representantes do Ministério Público e da OAB.
- c) O juiz mais antigo, indicado para acesso por antiguidade, pode ser recusado pelo voto fundamentado da maioria simples dos membros do Tribunal Pleno.
- d) O procedimento de recusa do juiz mais antigo será deliberado em sessão pública, com voto aberto, nominal e fundamentado, exigido o voto de dois terços dos membros do Tribunal Pleno.

**59) De acordo com os artigos 4º e 5º da Lei que trata da criação do Diário da Justiça eletrônico, analise as afirmativas abaixo:**

- I – A criação do Diário da Justiça eletrônico deve ser acompanhada de ampla divulgação, com a publicação do ato administrativo correspondente no diário oficial em uso durante 30 (trinta) dias.
- II – O conteúdo das publicações no Diário da Justiça eletrônico deve ser assinado digitalmente com certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, conforme especificado na legislação.
- III – A publicação eletrônica do Diário da Justiça substitui qualquer outro meio de publicação oficial, exceto quando a lei exigir intimação ou vista pessoal.
- IV – A data da publicação no Diário da Justiça eletrônico será considerada como o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

**Está(ão) correta(s)**

- a) apenas as afirmativas I, II e III.
- b) as afirmativas I, II, III e IV.
- c) apenas as afirmativas II, III e IV.
- d) apenas as afirmativas I, III e IV.

**60) De acordo com o art. 8º da Lei de Licitações, analise as afirmativas abaixo:**

- I – A licitação será conduzida por um agente de contratação, designado pela autoridade competente, e o agente terá o auxílio de uma equipe de apoio para tomar decisões e impulsionar o procedimento licitatório até a homologação.
- II – O agente de contratação será responsável individualmente pelos atos que praticar, mas não poderá ser responsabilizado quando induzido a erro pela equipe de apoio.
- III – Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por uma comissão de contratação, formada por no mínimo três membros, que responderão solidariamente pelos atos praticados, salvo quando algum membro registrar sua divergência em ata.
- IV – O regulamento da licitação deve prever a possibilidade de apoio de órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o agente de contratação, a equipe de apoio e a comissão de contratação, a fim de garantir o cumprimento das funções essenciais.

**Estão corretas:**

- a) apenas as afirmativas I, II e III.
- b) apenas as afirmativas I, III e IV.
- c) apenas as afirmativas I, II e IV.
- d) todas as afirmativas.

**DISCURSIVA**  
**Rafael de Oliveira**

---

**TEXTO MOTIVADOR**

O Direito Administrativo é um ramo do Direito Público que regula a organização, os poderes e os deveres da Administração Pública, além das suas relações com os particulares. Em um Estado democrático de direito, os princípios que norteiam o Direito Administrativo são essenciais para garantir a legalidade, a transparência e a efetividade da atuação do poder público. Estes princípios funcionam como diretrizes que devem ser seguidas pelas autoridades e servidores públicos, buscando sempre o interesse público e a moralidade administrativa.

**Com base no exposto, escreva um texto de 20 a 30 linhas, explicando os principais princípios do Direito Administrativo, destacando como eles influenciam a atuação da Administração Pública e a proteção dos direitos dos cidadãos.**

**Critérios de Avaliação**

Clareza e coesão: a resposta deve ser clara e bem estruturada, com uma boa introdução, desenvolvimento e conclusão.

Conhecimento jurídico: a resposta deve demonstrar conhecimento dos princípios fundamentais do Direito Administrativo.

Exemplificação: caso necessário, deve-se exemplificar a aplicação dos princípios mencionados.

Relevância: a explicação deve ser relevante e ligada à prática da Administração Pública no cotidiano.

Transcreva a redação de no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**2º SIMULADO**  
**ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)**

**Folha de Respostas**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

# ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora